

A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

LIMA, Daísa Milaine Rezende¹

LAMONIER, Elisangela Leles²

RESUMO

As políticas que tratam a inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial (PAEE) e as pessoas com necessidades educacionais específicas são temas estudados e discutidos a muito tempo. Com essa nova visão de educação para todos reforçou a necessidade do planejamento educacional embasado na individualidade de cada aluno. O planejamento centrado na pessoa tem a ideia de que os meios pelos quais a pessoa está inserida devem guiar os serviços de acordo com sua necessidade e deve ser compreendida por todos que fazem parte desse processo. Assim, o objetivo deste estudo é mostrar a importância da adaptação de atividades para estudantes com deficiências no processo de ensino-aprendizagem. Para isso, o estudo fundamentou-se em uma revisão bibliográfica baseada em Zanella (2013) com as adaptações de pequeno porte, em que visam as modificações promovidas no currículo, nas avaliações e nas metodologias, realizadas pelo professor, permite e promove a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus colegas, colaborando com o processo de inclusão escolar destes alunos.

Palavras-chave: Educação. Necessidade. Adaptação.

ABSTRACT

The policies that address the school inclusion of the target audience of Special Education (PAEE) and people with specific educational needs are topics studied and discussed for a long time. With this new vision of education for all, it reinforced the need for educational planning based on the individuality of each student. Person-centered planning has the idea that the means by which the person is inserted should guide the services according to their needs and must be understood by everyone who is part of this process. Thus, the objective of this study is to show the importance of adapting activities for students with specific educational needs in the teaching and learning process. For this, the study was based on a literature review based on Zanella (2013) with small adaptations, which aim at the changes promoted in the curriculum, assessments and methodologies, carried out by the teacher, allows and promotes productive participation of students who have special educational needs in the teaching and learning process, in regular schools, together with their colleagues, collaborating with the process of school inclusion of these students.

Keywords: Education. Need. Adaptation.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia Ead do IF-Goiano Campús Iporá Polo de São Luís de Montes Belos. E-mail: daisa.milaine@estudante.ifgoiano.edu.br.

² Graduada em Licenciatura em Letras, Mestre em Educação, Docente no IF-Goiano Campús Iporá. Email: elisangela.leles@ifgoiano.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de pessoa com deficiência e a forma de serem tratadas passou por vários momentos na história da humanidade. A aceitação dessas pessoas está diretamente relacionada com a compreensão da deficiência e as causas de sua existência (ARAÚJO & FERRAZ, 2010).

Com o tempo e as evoluções históricas, culturais e sociais, a pessoa com deficiência tem sido mais aceita na sociedade e, conseqüentemente no ambiente escolar, a qual também passou por vários estágios, desde a exclusão tirando todo direito à educação; a fase da segregação marcada pelo surgimento de instituições pedagógicas destinadas exclusivamente para alunos com deficiência; a fase da integração onde a responsabilidade pelo processo formativo era única e exclusiva dos alunos com deficiência; e chegando nos dias de hoje em que vivemos a inclusão escolar que é a garantia do direito à educação no mesmo sistema de ensino dos demais alunos.

Para que haja o processo de inclusão, Jean Itard afirma que a pedagogia deve ser para todos, com uma metodologia baseada na observação e experimentação, de modo que permita a percepção do desenvolvimento individual do aluno (MENDES, 2010). A inclusão escolar possibilitou que a pessoa com deficiência tivesse seu direito à educação como qualquer pessoa, com convívio social com alunos da mesma faixa etária e adquirissem conhecimentos de maneira acessível a sua individualidade.

As políticas que tratam sobre a inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial (PAEE) são estudadas e discutidas há muito tempo. As reflexões dessa temática têm possibilitado a real escolarização do PAEE em ambiente regular junto aos seus pares. Essa nova visão de educação para todos reforçou a necessidade do planejamento educacional embasado na individualidade de cada aluno. O que afirma a ideia de que os meios pelos quais a pessoa está inserida devem guiar os serviços de acordo com sua necessidade, e ser compreendida por todos que fazem parte desse processo (MENDES & VALADÃO, 2018). E assim, assume mecanismos essenciais para se garantir os resultados esperados no processo de escolarização diversificado

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia Ead do IF Goiano Campus Iporá Polo de São Luís de Montes Belos. E-mail: daisa.milaine@estudante.ifgoiano.edu.br.

² Graduada em Licenciatura em Letras, Mestre em Educação, Docente no IF Goiano Campus Iporá. Email: elisangela.leles@ifgoiano.edu.br.

de todo alunado.

Nessa perspectiva, segundo Minetto (2008)

muitas perguntas precisam ser respondidas para que se organizem estratégias adequadas a essa demanda tão específica. É preciso entender como a inclusão está acontecendo e de que forma podemos melhorar sua efetivação (MINETTO, 2008, p. 17).

Nesse sentido, pode ser necessária a utilização tanto de atividades adaptadas às originalmente propostas, como de atividades complementares. Tais respostas, entretanto, deverão ser adequadas às necessidades individuais dos alunos e o professor deve estar atento às peculiaridades que cada um apresenta.

Ao refletir sobre tudo isso, enxergamos com clareza que cada aluno tem peculiaridades específicas, e que para atendê-las é necessário fazer ajustes e adaptações no currículo regularmente proposto para os diferentes níveis da escolaridade, de forma a garantir as condições (respostas educacionais) que lhes são necessárias para acessar o conhecimento disponível como qualquer um de seus demais colegas.

Compreender este processo de adaptação de atividades é extremamente importante, sendo que em inúmeros momentos da vida acadêmica o professor precisa flexibilizar e oportunizar a aprendizagem. Além de possibilitar que o professor desenvolva seu papel de educar atendendo a todos de maneira inclusiva e com equidade.

O objetivo deste estudo é mostrar a importância da adaptação de atividades para alunos com deficiência no processo de ensino-aprendizagem de modo reflexivo pontuar estratégias que auxiliem o professor a identificar como e quando fazer a adaptação de atividades.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica, que consistiu em reunir os dados já existentes sobre o tema, através de leitura em livros, revistas, artigos, documentos e outros acervos que tratam sobre o assunto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Breve Histórico da Educação Inclusiva

A jornada de vida das pessoas com deficiência é marcada pela

discriminação, tanto na sua vida social quanto na vida escolar, principalmente devido à escolarização seletiva e preparada para um grupo homogêneo de pessoas. Sendo assim, os que não se encaixavam nesse grupo eram excluídos sem garantia de seus direitos, inclusive o direito à educação. O acesso das pessoas com deficiência às escolas começou com a democratização, inicialmente por um processo de integração e não de inclusão (BRASIL, 2007). Este processo tem sido lento e passa por fases difíceis marcadas por frequentes retrocessos, mas foram essas importantes mudanças que deram início às tentativas de uma Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

A construção dos direitos humanos da pessoa com deficiência é marcada por quatro estágios. No primeiro estágio, conhecido como exclusão, as pessoas com deficiência eram consideradas impuras e dadas como castigadas por Deus. No segundo estágio, conhecido como segregação, as pessoas eram consideradas seres invisíveis e sem nenhum tipo de importância para a sociedade, viviam isoladas em lugares periféricos totalmente excluídos. Já no terceiro estágio, iniciou-se o chamado assistencialismo, onde os deficientes eram vistos como pessoas doentes que necessitavam de cura, dados como portadores de enfermidades. Nesse estágio, as pessoas com deficiência passaram a frequentar as instituições de ensino, porém toda a responsabilidade recaía sobre a pessoa com deficiência, e não dos demais que participavam do processo formativo. E por último, no quarto estágio, o qual vivenciamos atualmente, é conhecido por inclusão, busca a inserção íntegra da pessoa com deficiência na sociedade (PIOVENAN, 2010).

Estes estágios marcaram a luta pelos direitos da pessoa com deficiência, e assim surgiu a Educação Especial no Brasil, a qual passou por muitos conflitos e transformações, principalmente no final do século XX com o surgimento das expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”, como afirma Carvalho (2000). Segundo a autora a ideologia da educação inclusiva vem sendo difundida desde o século XVIII por Pestalozzi e Froebel quando eles afirmavam a importância do “respeito à individualidade de cada criança” (CARVALHO, 2000, p.145).

Na década de 70, um grande retrocesso na educação inclusiva, mesmo já havendo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº

4.024, de 1961, que garantia o direito à educação em escolas regulares para as crianças portadoras de alguma deficiência ou superdotadas, surgiu a Lei nº 5.692/71 que defendia o tratamento especializado para os alunos com necessidades educacionais específicas, voltando a segregação dos alunos em salas específicas. Foi nesse período que criaram o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) o qual é responsável pela educação especial no Brasil e pelo movimento da integração escolar dos indivíduos com restrições físicas ou mentais.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu art. 55 estabelece que cabe aos pais ou responsáveis a obrigatoriedade de matricular seus filhos na rede regular de ensino. Nessa mesma época os documentos da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e da Declaração de Salamanca (1994) incrementaram as políticas públicas de inclusão na educação. A Convenção da Guatemala (1999), regulamentada no Brasil pelo decreto de nº 3.956/2001 considerou a educação especial e eliminou as barreiras que dificultavam o acesso de todas as pessoas com deficiência à educação.

Em 1999, o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamentou a Lei nº 7.853/89, que dispunha sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, esta estabeleceu o conceito de deficiência, definiu quem são esses sujeitos e, a partir disso, como assegurá-los. De acordo com esse decreto

deficiente é todo aquele que tem uma perda ou uma anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que provoque limitações para desempenhar atividade, dentro do padrão considerado normal para os demais e afirma ainda que deficiência permanente é aquela que ocorreu num determinado tempo sem recuperação, mesmo com novos tratamentos. (BRASIL, 1999).

Somente em 2015 foi promulgada a primeira Lei Brasileira específica à Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que se trata de um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.

2.2. O processo de ensino aprendizagem da pessoa com deficiência

Com o aumento do número de alunos com necessidades específicas frequentes nas escolas, surgem as preocupações em relação à aprendizagem significativa desses alunos. Algumas das principais preocupações são o que ensinar e como adaptar os conteúdos e métodos para que possa ocorrer efetivamente o ensino-aprendizagem, e assegurar o ingresso, a permanência e a aprovação desses alunos na escola sem discriminação e exclusão. Assim surgem os questionamentos sobre como rever o currículo de modo que os conteúdos sejam aplicados buscando uma maior articulação e flexibilização (DOMINGUES & OLIVEIRA, 2016).

Para que a aprendizagem significativa ocorra é preciso entender o processo de aquisição do conhecimento e reconhecer a importância que os processos mentais têm nesse desenvolvimento. A teoria da aprendizagem significativa é defendida por Ausubel, que baseia-se em uma reflexão específica sobre a aprendizagem escolar e o ensino, em vez de tentar somente generalizar e transferir à aprendizagem escolar. conceitos ou princípios explicativos extraídos de outras situações ou contextos de aprendizagem (PELIZZARI et al., 2002).

Ainda sobre as ideias de Ausubel, para haver aprendizagem significativa são necessárias duas condições: primeiro o aluno precisa querer aprender; se o indivíduo quiser apenas memorizar o conteúdo arbitrariamente e literalmente, então a aprendizagem será mecânica e não significativa. Em segundo, o conteúdo escolar a ser aprendido tem que ser potencialmente significativo, ou seja, ele tem que ser lógico e psicologicamente significativo para o indivíduo; o significado lógico depende somente da natureza do conteúdo, e o significado psicológico é uma experiência que cada indivíduo tem. Cada aprendiz faz uma filtragem dos conteúdos que têm significado ou não para si próprio (MOREIRA, 1995).

Para garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, o professor precisa atender a todos os alunos com equidade, e para isso é necessário ter conhecimento sobre as bases legais que a regularizam. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), no Capítulo V da Educação Especial, traz as seguintes orientações: Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos

e organização específicos, para atender às suas necessidades. (BRASIL, 1996).

É preciso que fique claro para o professor que é direito perante a lei atender as necessidades de cada aluno de formas diferenciadas de acordo com o currículo, assegurando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), independente de sua necessidade específica.

No texto do Projeto Escola Viva (2000:08), estão as seguintes informações:

[...] não há aprendizagem se não houver um ensino eficiente. Para que haja um ensino produtivo e eficiente, entretanto, há que se considerar as características e peculiaridades de cada aluno, que devem direcionar as respostas educacionais que o sistema dará a cada um e a todos os alunos. Adaptações Curriculares, portanto, são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais (PROJETO ESCOLA VIVA, 2000. p. 8).

Portanto, estas leis e orientações são de extrema importância e deixa claro o papel da escola no desenvolvimento dos alunos com deficiência e com necessidades educacionais específicas, bem como a responsabilidade do professor em reconhecer as características individuais de cada aluno e mais especificamente seu papel nos processos de aprendizagem, através de metodologias, avaliações e recursos diferenciados.

Assmann (2001, *apud* CAVICHIOLI) menciona que educar é fazer emergir vivências do processo de conhecimento. Percebe-se que não existe uma única forma de educação, nem mesmo uma única maneira de educar. Neste sentido, Libâneo (2002, p.26) contribui definindo educação como: “[...] fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades”. Segundo o autor, a educação é considerada como um processo complexo, abrangente e continuado que permanece ao longo de toda existência (OLIVEIRA & TOSCHI, 2015).

Dessa forma, o “produto” da educação deve ser o conjunto de experiências de aprendizagem e não simplesmente aquisição de conhecimento supostamente já prontos e disponíveis para o ensino concebido como simples transmissão (CAVICHIOLI, 2010).

2.3. A adaptação de atividades como metodologia de ensino

O Brasil adotou as expressões adaptações curriculares, ou adequações curriculares, acompanhando uma tendência internacional, para denominar toda e qualquer ação pedagógica que tenha a intenção de flexibilizar o currículo no contexto escolar para oferecer respostas educativas às necessidades específicas dos alunos (HEREDERO, 2010). Conforme estabelecido pelo documento Parâmetros curriculares nacionais de 1999:

[...] a Secretaria de Educação Fundamental e a Secretaria de Educação Especial, em ação conjunta, produziram o material didático-pedagógico intitulado 'Adaptações Curriculares', que compõem o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, inserindo na concepção da escola integradora defendida pelo Ministério da Educação. Nesse sentido, a adequação curricular ora proposta procura subsidiar a prática docente, propondo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, entende-se por Adaptações curriculares um conjunto de ajustes, ou modificações que se efetuam na oferta educativa comum para dar uma resposta aos alunos/as com necessidades educacionais específicas, em um contínuo de respostas à diversidade (GALVE et al., 2002, p. 36). Esse conjunto de modificações se realiza nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender às diferenças individuais dos alunos.

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades educacionais específicas. Não é um novo currículo, mas sim um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. (HEREDERO, 2010)

Ainda segundo Hederero (2010) as adaptações curriculares são definidas como uma forma de planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que podem ser definidas da seguinte forma: - O que o aluno deve aprender; - Como e quando aprender; - Que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; - Como e quando avaliar o aluno. Além disso, podemos falar de dois tipos de

adaptações curriculares individuais, de acordo com o grau de significatividade: são as adaptações curriculares não-significativas e as adaptações curriculares significativas.

As Adaptações não Significativas podem ser classificadas como de pequeno porte, quando são realizadas exclusivamente pelo professor, e de grande porte compreendidas como ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, visto que, exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc (PROJETO ESCOLA VIVA, 2000).

Deve-se levar em consideração também os graus e formas que permitem diferentes possibilidades de execução e de expressão para alunos com níveis de desenvolvimento e de conhecimento variados. Pode ser utilizado um número diversificado de atividades, tais como: pesquisas, elaboração e desenvolvimento de projeto, oficinas, visitas, dentre várias outras. Trabalhar com diferentes níveis de complexidade das atividades, dar orientações curtas, claras e objetivas e etc. (DOMINGUES & OLIVEIRA, 2016).

Nessa perspectiva, Araujo (2019) colabora que trabalhar com adaptação é construir ações onde o professor irá flexibilizar o objetivo, as estratégias e as atividades direcionadas para os alunos com deficiência; essas ações não visam reduzir os conteúdos, mas busca ajustar de forma que atenda às condições de desenvolvimento para que todos os alunos participem e aprendam os mesmos conhecimentos.

Para isso, o professor precisa conhecer seu aluno para conseguir realizar as adaptações de forma que desenvolva suas potencialidades. Entretanto, entende-se que para a concretização dessas ações esse profissional precisa de condições de trabalho como salas adequadas, número reduzido de alunos, recursos pedagógicos e humanos satisfatórios, valorização salarial, serviço de apoio pedagógico, salas de recursos multifuncional e formação continuada que supra as necessidades reais desse profissional.

Quando se realiza essa ação de adaptação curricular o professor deve buscar atender as singularidades específicas dos alunos, de modo que a adaptação precisa conservar os componentes e conteúdos curriculares. De acordo com Capellini, “a adaptação deve ser baseada no currículo comum, assim o aluno não terá prejuízo em relação ao conteúdo e as atividades serão

pautadas nas especificidades do aluno” (CAPELLINI, 2018, p. 138).

Essa ação não significa “facilitar o conteúdo”, mas propiciar o desenvolvimento do nível potencial com atividades diversificadas. A adaptação curricular é necessária para permitir aos alunos com deficiência e com necessidades educacionais específicas um caminho para alcançar os conteúdos curriculares e para que se torne possível é necessário o trabalho em conjunto dos profissionais envolvidos na educação (MARQUES; DUARTE, 2013).

Nesse sentido, o autor Hedero (2010) propõe que, embora se tentem adequar as necessidades do aluno, não necessariamente supõe uma extrema individualização do ensino. Isso torna possível o estabelecimento de linhas gerais, ou adaptações de tipo que sejam passíveis de serem utilizadas com muitos alunos com características similares mantendo os objetivos e conteúdos próprios do ciclo: o que ensinar e o que avaliar. Para tanto, o autor propõe uma ordem de observações a serem feitas que, poderia ser a seguinte:

1. Tipos de mudanças:

- a) Procedimentos de avaliação (provas orais, escritas, observação, caderno...);
- b) Organização, ou disposição física da sala (em U, V, em círculo...), assim como no uso de outros espaços (biblioteca, audiovisuais, contexto da escola...);
- c) Temporalidade (dedicar mais tempo a um conteúdo, facilitar tempo extra em uma prova...);
- d) Agrupamentos (trabalho individual, pequeno grupo, em duplas, grupos flexíveis);
- e) Metodologia didática (apresentação de conteúdos, exposição do professor, trabalhos dos alunos...), assim como a realização de atividades alternativas (com diferentes níveis de profundidade), ou complementares (para praticar conteúdos não dominados);
- f) Uso de materiais (recursos extras, xerocópias);

2. A avaliação deve propor:

- g) A seleção de conteúdos adequados aos interesses e características dos alunos, necessários para seu desenvolvimento no mercado de trabalho; realistas, já que poderão contextualizá-los de forma mais imediata e próxima possível em seu meio;
- h) O desenho das atividades de ensino-aprendizagem, partindo dos

conhecimentos prévios de cada aluno; gerando atividades de diversos tipos, tais como se explicitam no currículo geral; propiciando a reflexão sobre o processo de ensino por um lado, e por outro, sobre o processo de aprendizagem, assim como a interação entre ambos; elaborando conclusões, que facilitem o avanço e o aprofundamento.

3. Outros tipos de mudanças:

- i) Conteúdos (prioridades, modificação, ou incorporação de outros novos);
- j) Os objetivos (prioridades, modificação, ou incorporação de outros novos);
- k) Os critérios de avaliação (prioridades, modificação, ou incorporação de outros novos).

Devem entender-se que estas mudanças, que se referem mais ao currículo da matéria, tomando-se este termo em sua acepção mais restrita, é o que se ensina e avalia, não devem afetar em nenhum caso a eliminação dos objetivos, conteúdos e critérios de avaliação considerados básicos, ou mínimos, pois caso afetem os elementos básicos das matérias, poderiam comprometer a superação dos objetivos da etapa. Isso faz com que somente se devam adotar depois de haver analisado cuidadosamente todas as circunstâncias que envolvem o aluno, e de haver fracassado com outras medidas prévias.

Essas mudanças devem constar no planejamento comum, afetando o como e o quando ensinar e avaliar. Portanto, repercutirá na organização da sala, na sequência dos conteúdos, na metodologia geral e específica, se assim for preciso, na criação e desenvolvimento de atividades nos sistemas de avaliação.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia é baseada por quatro seguimentos a serem analisados, sendo pelo tipo de abordagem, pela natureza, pelos objetivos e pela escolha dos procedimentos técnicos. Nesse sentido, a metodologia guia o pesquisador a escolher a melhor forma de desenvolver o seu trabalho. Portanto, a escolha da metodologia depende de diversos fatores que devem ser analisados cuidadosamente, a fim de identificar a que melhor atende os objetivos propostos e os resultados esperados com a pesquisa.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza básica, de objetivos exploratórios e procedimento bibliográfico. Visto que este tipo de pesquisa não se preocupa em representar dados numéricos, mas sim, em aprofundar a compreensão, sobre a temática adaptação de atividades. Com os novos conhecimentos adquiridos propor estratégias que auxiliem profissionais da educação no exercer da adaptação de forma mais simples e espontânea.

A abordagem qualitativa é descritiva e considera a subjetividade do sujeito, atenta a uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo e o indivíduo. Baseada na interpretação dos fenômenos e na atribuição de significados, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Sendo assim, a fonte direta para coleta de dados é o natural e o pesquisador é o instrumento-chave. A análise dos dados é realizada de forma indutiva com foco na abordagem e não na representação numérica (LAKATOS & MARCONI, 2010).

Desse modo, objetivou-se gerar conhecimentos que envolvam situações cotidianas do meio educacional e proporcione melhorias e estratégias para profissionais da educação. Ainda, de maneira exploratória, pretendeu-se fazer um levantamento bibliográfico, buscando estudos já realizados com os possíveis motivos e justificativas que impedem que professores façam as adaptações de atividades.

Para o levantamento de dados foi realizada a pesquisa bibliográfica, a qual foi o primeiro passo da pesquisa, que nada mais é que uma busca pelos trabalhos já realizados sobre o tema. As pesquisas bibliográficas foram realizadas a partir de material já publicados, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos impressos ou virtuais (ZANELLA, 2013).

A escolha da metodologia foi realizada a partir de uma análise crítica levando em consideração a problemática a ser estudada e o resultado esperado. Contudo, espera-se contribuir com o meio educacional e incentivar professores a refletirem sobre a prática da adaptação de atividades de forma cotidiana, prática esta que deve ser pensada desde o planejamento; ainda a pensar no aluno e não apenas em uma metodologia única a ser abordada, mas sim com busca ativa pela melhor forma de proporcionar a todos a aquisição de

conhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que as adaptações curriculares variam entre ajustes pouco significativos, ou de pequeno porte, a modificações mais significativas ou de grande porte; ajustes temporários a modificações mais duradouras, sempre tomando a referência do nível, no qual está escolarizado o aluno com deficiência. As adaptações curriculares individuais são ajustes da proposta curricular, para alunos específicos, objetivando estabelecer uma relação harmônica entre essas necessidades e a programação curricular.

A partir do exposto, percebe-se que existem inúmeras possibilidades para utilizar a adaptação de atividade como metodologia de ensino de modo a contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, de forma a garantir um ensino de qualidade a todos, respeitando suas especificidades e potencializando suas habilidades.

Com este estudo bibliográfico foi possível concluir que existem várias pesquisas disponíveis sobre adaptações curriculares e que essa temática tem sido cada vez mais procurada, o que demonstra um avanço na área da inclusão. Contudo, este tipo de trabalho contribui para formação continuada do docente e preparação para atendimento individualizado, visto que a educação é um processo constante e variável e que o professor precisa estar em busca de uma constante especialização.

Espera-se também que o interesse dos docentes e acadêmicos que venham pesquisar o assunto, possam encontrar nestas contribuições luzes da inclusão e se aprofundem para poder fazer uma educação cada vez mais responsável e de equidade para todos de fato. Longe de querer aqui esgotar o assunto, pois tratar inclusão não é e nunca será uma tarefa fácil, mas ao mesmo tempo poder contribuir para o seu desenvolvimento nos traz para dentro da realidade de inúmeros estudantes que permeiam a educação e muitas vezes a educação passam por eles sem dar a contribuição devida.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elizabeth Alice Barbosa Silva; FERRAZ, Fernando Basto. O conceito de pessoas com deficiência e seu impacto nas ações afirmativas brasileiras no mercado de trabalho. In: **ENCONTRONACIONAL DO CONPEDI**, 19., 2010, Fortaleza. Anais, Fortaleza, 2010.

ARAÚJO, Maria Alice de. **Adaptações Curriculares para alunos com deficiência intelectual: das concepções às práticas pedagógicas**; Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Catalão; 2019.

BRASIL. **Decreto 5.626**. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5626.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes **Nacionais para a educação Especialna Educação Básica**/Secretaria de Educação Especial. MEC; SEEP, 2001.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação Edições Câmara, 2010.

Disponível em:

<<https://www.google.com.br/#q=leis+diretrizes+e+bases+atualizada>>. Acesso em 20/09/2021.

BRASIL **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/snpd/convencaopessoascomdeficienciapdf.pdf>. Acesso em: 01/09/ 2021.

BRASIL **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 set. 2001. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Básica. Brasília: 14 set. 2001. p. 39-40.

BRASIL Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEF, Vol. 3. 1998.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. **Adaptações curriculares**. Brasília: MEC, 1999.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Adaptações curriculares na inclusão escolar: contrastes e semelhanças entre dois países**. 1. ed. Curitiba:

Appris, 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro:WVA, 2000.

CAVICHOLI, Rita das Graças Candido. Sociedade do conhecimento: A educação como pilar. **Revistade Educação**. v. 13, n. 15, p.141-154, 2010.

DOMINGUES, Rosely; OLIVEIRA Flávio Medina de. **Adaptação de conteúdos eavaliação para alunos com DI**. Cadernos PDE, Versão online ISBN 978-85-8015-093-3, Artigo: Os desafios da escola pública paraense na perspectivado professor PDE, Vol. 1. 2016.

GALVE, J. L.; TRALLERO, M.; SEBASTIAN HEREDERO, E. **Las adaptaciones curriculares individuales** (ACI). Madrid: CEPE, 2002.

HEREDERO, Eladio Sebastian. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela**: as adaptações curriculares; Acta Scientiarum. Education; Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Os significados da educação, modalidades de prática educativae a organização do sistema educacional**. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: 5 ed., Cortez, 2002.

MARQUES, Aline Nathalia; DUARTE, Márcia. O trabalho colaborativo: uma estratégia de ensino na aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. **Revista de Ciências Humanas** Frederico Westphalen, v. 14, n. 23, p.87-103, 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ba92/5bc5a68045d4af472b314c73733c5d7a0e59.pdf>. Acesso em: março de 2020.

MENDES. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación yPedagogía**, v. 22, p. 93-110, 2010.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo essedesafio**. Curitiba: IBPEX,2008.

MOREIRA, M.A. Monografia nº 10 da Série Enfoques Teóricos. Porto Alegre. Instituto de Física da UFRGS. Originalmente divulgada, em 1980, na série "Melhoria do Ensino", do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (PADES)/ UFRGS, Nº 15. Publicada, em 1985, no livro "Ensino e aprendizagem: enfoques teóricos", São Paulo, Editora Moraes, p. 61-73_ Revisada em 1995.

OLIVEIRA, Márcia Mendes Marquez de.; TOSCHI, Mirza Seabra. Gerontologia educacional: uma didática para os idosos. **Revista Fasem Ciências**, v. 7, n. 1,

2015.

PELLIZZARI, Adriana; KRIEGL, Maria de Lurdes; BARON, Márcia Pirihi; FINCK, Nelcy Terezinha Lubi; DOROCINSKI, Solange Inês. Teoria da Aprendizagem Significativa Segundo Ausubel. **Revista PEC**, Curitiba.,v. 2,n. 1.37-42 p. 2001/2002.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PROJETO ESCOLA VIVA - **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000 I 96p.: il.

VALADÃO, Gabriela Tannús; MENDES, Ericéia Gonçalves. **Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado**: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, São Paulo, 2018.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa** / Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.